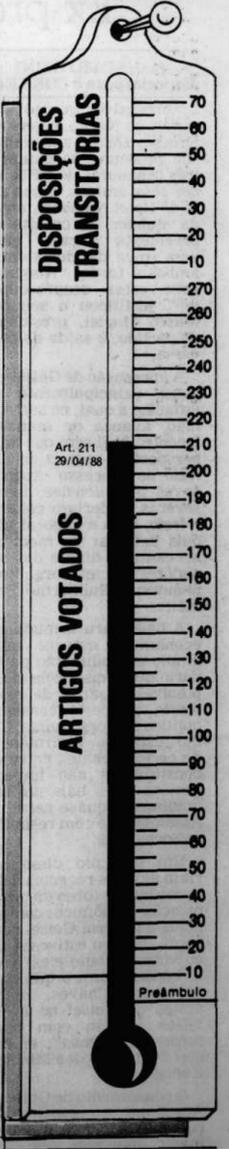


Constituinte derruba contratos de risco

ATÉ ONDE
JÁ SE VOTOU NA
CONSTITUINTE



Faltou quorum para tirar da Petrobrás monopólio sobre pesquisa e lavra de jazidas

A Constituinte garantiu ontem à Petrobrás o monopólio da pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo, o que significa o fim dos contratos de risco, ao recusar uma emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) que ressaltava a participação das empresas nacionais nesses contratos mediante prévia autorização do Congresso Nacional. A emenda foi prejudicada por não atingir os 280 votos necessários à sua aprovação ou rejeição. Obteve 232 NÃO, contra 72 SIM e 14 abstenções, o que encerrou definitivamente o assunto. Na sessão de ontem, que acabou sendo suspensa por falta de quorum, foi ainda aprovada uma fusão de emendas inscritas pelo senador Mário Covas, que garante, constitucionalmente, um tratamento jurídico diferenciado às microempresas.

O incentivo às microempresas de pequeno porte foi aprovado por 362 SIM, contra 19 NÃO e 16 abstenções, tendo recebido parecer favorável do relator. Pelo texto, estará assegurado a estas empresas um tratamento diferenciado, tanto

da União, dos Estados, do Distrito Federal quanto dos municípios, visando incentivá-los por meio da simplificação de suas obrigações administrativas, previdenciárias, e creditícias, ou a total eliminação ou redução destas por meio de lei.

Na sessão de ontem, o plenário acolheu ainda uma outra fusão de emendas relativa à ordenação dos transportes aéreos, terrestres ou marítimos. Por 321 SIM, 02 NÃO e 07 abstenções, a Constituinte deliberou que o ordenamento destes transportes será disposto em lei e que o ordenamento do transporte marítimo internacional cumprirá os acordos firmados pela União, atendendo o princípio de reciprocidade. Também ficou garantido que a lei disporá sobre a predominância dos armadores nacionais e navios de bandeira e registros brasileiros e do país exportador ou importador, assim como sobre o transporte de grãos.

De autoria da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) e Raimundo Bezerra (PMDB-CE), foi aprovado

o artigo 208, restringindo a brasileiros a função de armadores e comandantes das embarcações nacionais, assim como sua propriedade e assegurando que pelo menos 2/3 dos tripulantes destas embarcações também terão que ser brasileiros. No mesmo artigo ficou assegurado que a navegação de cabotagem e a interior serão privativas de embarcações nacionais, salvo em caso de necessidade pública.

Com o esvaziamento da sessão de ontem, Ulysses Guimarães, que pretendia encerrar o capítulo I do título da Ordem Econômica, teve que se contentar em transferir para segunda-feira o restante de emendas que ainda faltam para ser apreciadas no capítulo. Uma delas é de autoria do ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra. O destaque pretende nacionalizar as atividades de aerolevantamento, vedando a participação e atuação de empresas estrangeiras no setor. A emenda, que chegou a ser colocada em votação ontem, não pôde ser apreciada por falta de quorum.

Reforma urbana não assusta

A Constituinte ainda não conseguiu terminar a apreciação do primeiro capítulo da Ordem Econômica e Financeira. Mas ontem já ensaiava os passos do segundo capítulo, sobre política urbana. As pendências não são muitas. Afastados com a dança da votação anterior, os constituintes prometem uma valsa mais tranqüila para segunda-feira (a sessão está marcada para 14h30min). O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) que começou o ritual de negociações com o deputado José Bonifácio (PDS-MG), integrante do Centrão, acredita que já no primeiro dia da semana a reforma urbana estará esgotada.

Não existe ainda nenhum acordo firmado. O otimismo revelado por Salomão vem de um primeiro contato com Bonifácio. "Acho que será possível o acordo", disse, ao comentar o encontro, acrescentando que estão faltando apenas ajustes ao texto. Esses ajustes começam logo no início, no caput do artigo

212 do projeto do Centrão, sem correspondente na Sistematização. Nele está explícito que as diretrizes gerais para a execução da política urbana municipal serão tratadas por lei complementar federal.

As esquerdas não aceitam. Eles querem mudar o complementar pelo ordinário, já que no primeiro caso precisarão de quorum qualificado de metade mais um para aprovar qualquer medida. De acordo com Luiz Salomão, existem projetos tramitando na Câmara desde 1972, que visam a reforma urbana: "Estão na gaveta do secretário Paulo Afonso", repousando.

Salomão apontou esse como um dos itens mais difíceis de consenso. Existem, porém, outros pontos problemáticos, como o uso do termo "nem reconhecimento de domínio alheio". Significa que se uma pessoa morar mais de cinco anos num imóvel abandonado de mais de duzentos e

cinquenta metros quadrados (limite de desapropriação), sabendo que ele pertence a alguém, não poderá pedir sua posse definitiva. A questão é considerada subjetiva pelos esquerdistas, que pretendem suprimi-la do texto.

O mesmo será tentado em relação ao artigo 214, parágrafo 2º da Sistematização e seu correlato no Centrão. Os dois projetos trazem a palavra "sucessivamente", que em seu contexto obrigará o cumprimento de uma série de burocracias para que o Legislativo desaproprie imóveis ociosos. Neste mesmo artigo as esquerdas querem manter a palavra "subutilizado", suprimida pelo Centrão. A ideia é manter o direito à desapropriação em locais não edificados, não utilizados e nos subutilizados.

Para o deputado Luiz Salomão, entretanto, o capítulo II será votado sem grandes problemas. "A porca irá torcer o rabo e na hora da reforma agrária".

O TEXTO APROVADO ONTEM

Artigo 207 — "A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreos, terrestres e marítimos.

§ 1º — A ordenação do transporte marítimo internacional cumprirá os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

§ 2º — A lei disporá sobre a predominância dos armadores nacionais e navios de bandeira e registros brasileiros e do País exportador ou importador, bem como sobre o transporte de grãos.

Artigo 208 — "Serão brasileiros os armadores e proprietários bem como

os comandantes e dois terços, pelo menos, dos tripulantes de embarcações nacionais.

§ — A lei regulará a utilização das embarcações de pesca e outros.

§ — A navegação de cabotagem e a interior são privativas de embarcações nacionais, segundo dispuser a lei, salvo caso de necessidade pública.

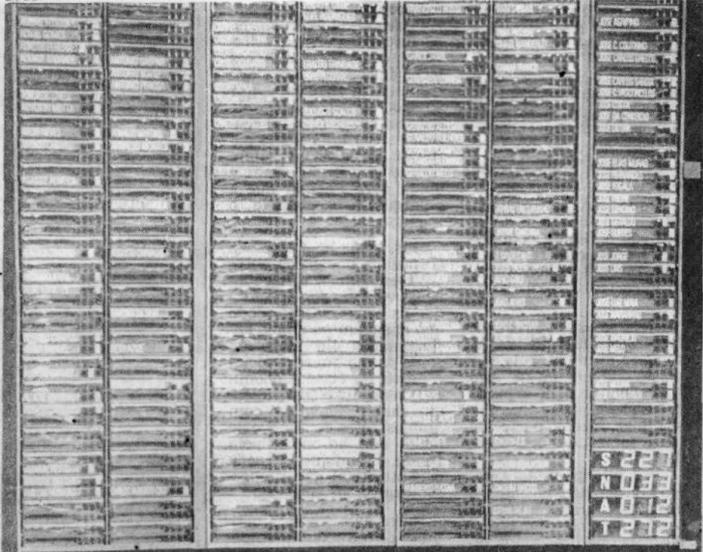
Artigo 209 — "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Artigo 210 — As microempresas e as empresas de pequeno porte, as-

sim definidas em lei, receberão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las, através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou da eliminação ou redução destas por meio de lei.

Artigo 211 — A requisição de documento ou informações de natureza comercial por autoridade estrangeira administrativa ou judicial, e pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País dependerá de autorização do poder competente.

EUGENIO NOVAES



Faltaram oito votos para o quorum mínimo (280) e a sessão foi suspensa

Minério nacionalizado satisfaz a Aureliano

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem que a posição assumida pela Constituinte de nacionalizar a exploração de minerais preserva o interesse nacional. O Código de minas é falho e permite que empresas estrangeiras e nacionais requeiram áreas imensas do território nacional para fazer pesquisas sem utilizá-las totalmente. "Sentam em cima destes alvarás de pesquisa, não produzindo desenvolvimento; ao contrário, entravando o progresso", explicou.

Aureliano afirmou ainda que a Constituinte preservou uma posição importante ao evitar a precipitação, que seria a nacionalização da distribuição de derivados de petróleo. Quanto aos contratos de risco, o ministro disse que teria voto semelhante, preservando os contratos existentes mas proibindo-os no futuro. Isto porque a Petrobrás demonstrou ser capaz de explorar com êxito o subsolo, conseguindo em oito anos saltar de uma produção de 167 para 625 barris por dia. "O importante é ter reser-

vas e explorá-las no momento oportuno, argumentou.

Já o ex-ministro das Minas e Energia do Governo Geisel, Shigeak Ueki, disse que a nacionalização dos recursos minerais é um fato que o preocupa, pois significa um retrocesso diante da situação atual. Mineração exige investimentos de alto risco, tempo longo de maturação e também é importantíssimo que se consigam mercados para onde se possa exportar. A área tem uma tendência natural para a verticalização. As indústrias siderúrgicas, por exemplo, tendem a se expandir na mineração de ferro para assegurar suprimento. O mesmo acontece com a bauxita e os demais minerais. Dada a importância do mercado e o fato de o Brasil representar pouco mais de 1 por cento do mercado mundial, com 99% agora fazendo parte do estrangeiro, Ueki teme que o País saia prejudicado com a medida.

Isso porque para ampliar a sua mercado no mercado internacional seria importante a alavanca das em-

presas estrangeira atuando no País, para que o minério brasileiro "possa se transformar em riquezas, em recursos, em receita para fazer frente às imensas dificuldades que nós estamos enfrentando". O presidente da Petrobrás, Osires Silva, não comentou a decisão de proibir os contratos de risco. Disse que apresentou todos os argumentos favoráveis aos contratos de risco em depoimento de seis horas e meia no Congresso: "Sou disciplinado, não me cabe discutir a decisão da Constituinte. Agora cumpra-se". Silva afirmou que os contratos de risco brasileiros são muito duros, com grandes exigências contratuais e por isso despertaram pouco interesse das companhias estrangeiras. Mesmo assim foram investidos 1,2 bilhão. O presidente da Shell Brasil, Robert Broughton, afirmou que com o fim dos contratos de risco, o grande perdedor seria o País e também a Petrobrás. "Como brasileiro adotivo, há dois anos no Brasil, eu lamento esta medida. Sua mensagem no exterior é negativa", concluiu.

Brizola vibra com monopólio do petróleo

Rio — O ex-governador Leonel Brizola saudou com entusiasmo a decisão da Constituinte que nacionaliza as jazidas e as reservas minerais e proíbe contratos de riscos com empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo. Na opinião do ex-governador, a postura dos parlamentares "faz renascer a esperança" de que o mandato do presidente José Sarney, que será votado nas disposições transitórias, seja fixado em quatro anos, determinando a convocação de eleições presidenciais diretas para o final deste ano.

As declarações do ex-governador foram feitas minutos antes da abertura da reunião do Comitê para América Latina e Caribe da Internacional Socialista que se realiza no hotel Rio Palace, em Copacabana. Desta reunião, preparatória para os países do continente para o encontro da Internacional Socialista que se realizará nos próximos 11 e 12 de maio, em Madrid, participam dezenove representações estrangeiras na discussão de temas que vão desde a dívida externa à defesa da soberania dos países latinos e caribenhos.

De acordo com Brizola, as classes dirigentes no Brasil são entreguistas e incompetentes, e não se sensibilizam com a dramaticidade do quadro social brasileiro. O ex-governador afirmou que o que aconteceu na Constituinte, foi um pouco da vitória dos interesses do povo brasileiro, dos interesses nacionais. Brizola identificou na postura dos constituintes indícios de que "os parlamentares estão se mostrando sensíveis aos anseios nacionais". Neste sentido, ele acha "muito provável" a redução do mandato presidencial para quatro anos, quando ele vier a ser votado na Constituinte.

Ao lado do presidente do Comitê para América Latina e Caribe, Pena Gomes, e do secretário-geral adjunto da instituição, Luiz Ayala, Brizola, com evidente liderança sobre os seus companheiros da Internacional Socialista, identificou a dívida externa como uma "tragédia, uma escravidão, um caráter colonial". O ex-governador, antecipando uma das conclusões do encontro dos socialistas no Rio, defendeu a articulação de um bloco de países para enfrentar o problema da dívida.

Tanto Pena Gomes quanto Luis Ayala, em rápida entrevista, disseram que é urgente a aproximação dos países endividados para fortalecer uma consciência de seus povos em relação à dívida externa, à soberania nacional, à resistência contra a interferência indevida do imperialismo em assuntos internos.